

ESCRITURA PARTICULAR DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA DOBREVÊ ENERGIA S.A.

Por este instrumento, as partes abaixo qualificadas:

DOBREVÊ ENERGIA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta junto à CVM, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 603, 5º andar, conjunto 52, Centro, CEP 80.430-180, inscrita no CNPJ sob o nº 10.827.444/0001-59, NIRE nº 41.300.078.67-0, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente "Emissora"; e

PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 4, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeada neste instrumento, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão, doravante denominada simplesmente "Agente Fiduciário",

Sendo as partes acima qualificadas denominadas, individualmente, "Parte" e, conjuntamente, "Partes";

Celebram a presente "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Dobrevê Energia S.A.", doravante denominada simplesmente "Escritura", nos termos e condições abaixo.

1. TERMOS DEFINIDOS

1.1. Os termos definidos e as expressões adotadas nesta Escritura, iniciados em letras maiúsculas, no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído abaixo, bem como ao longo desta Escritura.

Agente Fiduciário

Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo da Escritura.

ANBIMA

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados

	Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral de Debenturistas	Assembleia geral de Debenturistas.
Banco Liquidante	Banco Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CETIP21	Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, sistema de registro, custódia eletrônica e negociação de ativos no mercado secundário da CETIP.
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda.
Código Civil Brasileiro	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.
Coordenador Líder	Instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.
Contrato de Colocação	Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição, com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Dobrevê Energia S.A., sob Regime de Garantia Firme de Colocação, celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora.
Controladas	São as sociedades controladas pela Emissora e que, na qualidade de acionista controladora, a Emissora: (a) seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria de seus administradores; e (b) use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento de seus órgãos, nos

termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76.

Controladas Atuais

São as seguintes sociedades: (a) Ludesa Energética S.A. (CNPJ nº 05.313.891/0001-50); (b) Companhia Hidrelétrica Figueirópolis S.A. (CNPJ nº 07.583.828/0001-69); (c) Companhia Energética Novo Horizonte S.A. (CNPJ nº 06.340.397/0001-47); (d) DESA Morro dos Ventos I S.A. (CNPJ nº 11.686.050/0001-90); (e) DESA Morro dos Ventos III S.A. (CNPJ nº 11.686.100/0001-30); (f) DESA Morro dos Ventos IV S.A. (CNPJ nº 11.686.202/0001-55); (g) DESA Morro dos Ventos VI S.A. (CNPJ nº 11.686.150/0001-17); (h) DESA Morro dos Ventos IX S.A. (CNPJ nº 11.686.103/0001-73); (i) DESA Eurus I S.A. (CNPJ nº 12.652.614/0001-37); (j) DESA Eurus III S.A. (CNPJ nº 12.652.634/0001-08); (k) Mata Velha Energética S.A. (CNPJ nº 11.083.857/0001-39); e (l) DESA Morro dos Ventos II S.A. (CNPJ nº 15.207.271/0001-90), ou qualquer outra sociedade que venham a sucedê-las.

CVM

Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão

1º de abril de 2014.

Data de Vencimento

1º de abril de 2019.

Debêntures

As até 65 (sessenta e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da Emissão.

Debenturistas

Titulares das Debêntures.

Declaração de Investidor Qualificado

A declaração prevista no artigo 7º da Instrução CVM nº 476/09, a ser assinada pelos subscritores ou adquirentes das Debêntures.

Dia Útil

Significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

Emissão

2ª (segunda) emissão pública de debêntures da

Emissora	Dobrevê Energia S.A.
Encargos Moratórios	Encargos moratórios previstos no item 5.9.3.1 desta Escritura.
Escritura	A presente Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Dobrevê Energia S.A.
Índices Financeiros	São os índices financeiros calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura.
IGP-M/FGV	Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.
Escriturador Mandatário	Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64.
Instrução CVM nº 28/83	Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada.
Instrução CVM nº 358/02	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM nº 476/09	Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.
Investidores Qualificados	Investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM nº 476/09.
JUCEPAR	Junta Comercial do Estado do Paraná.

Juros Remuneratórios	Os juros remuneratórios das Debêntures, calculados nos termos do item 5.6 abaixo.
Lei nº 6.404/76	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
MDA	Módulo de Distribuição de Ativos, sistema de distribuição pública de ativos no mercado primário da CETIP.
Período de Capitalização	Intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios correspondente ao respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.
Plano de Distribuição	O plano de distribuição descrito na Instrução CVM nº 476 e no Contrato de Colocação.
Prêmio de Amortização Extraordinária	Tem o significado que lhe é atribuído no item 6.2.2 da Escritura.
Prêmio de Resgate	Tem o significado que lhe é atribuído no item 6.1.1 da Escritura.
Taxa DI Over Extra Grupo	Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, calculada e divulgada pela CETIP.
Valor Nominal Unitário	O valor nominal unitário de cada Debênture, equivalente a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1. A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 31 de março de 2014, na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

3. DOS REQUISITOS

3.1. A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

3.1.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

3.1.1.1. A ata da assembleia geral extraordinária que aprovou a presente Emissão será devidamente arquivada na JUCEPAR e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal do Estado, nos termos do artigo 62 da Lei nº 6.404/76.

3.1.2. Inscrição da Escritura

3.1.2.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEPAR, conforme disposto do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76. Deverão ser enviados pela Emissora para registro em até 2 (dois) Dias Úteis de sua celebração e, uma vez devidamente registrados na JUCEPAR, deverá ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis, 1 (uma) via original da Escritura e/ou de seus eventuais aditamentos.

3.1.3. Registro na CVM

3.1.3.1. A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição.

3.1.4. Registro na ANBIMA

3.1.4.1. A Oferta Restrita será registrada na ANBIMA, exclusivamente para fins de informar a Base de Dados, nos termos dos parágrafos primeiro, inciso I e segundo do artigo 1º do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", desde que sejam expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

3.1.5. Registro para Distribuição e Negociação

3.1.5.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário através do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição e a liquidação financeira resultante da operação de colocação realizadas através da CETIP.

3.1.5.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM nº 476/09, e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da mesma instrução.

3.1.5.3. Sem prejuízo do disposto no item acima, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no módulo CETIP21, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a custódia eletrônica, a negociação e a liquidação financeira das Debêntures realizadas de acordo com os procedimentos da CETIP.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Objeto Social da Emissora

4.1.1. A Emissora tem por objeto social a implantação e a exploração de aproveitamentos hidroelétricos, eólicos e solares para fins de geração e comercialização de energia, serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional para a gestão de ativos intangíveis não financeiros, serviços prestados a empresas e outras organizações, em matéria de planejamento e organização na área de energia, bem como compra e venda de imóveis próprios, aluguel de imóveis próprios e participação em outras sociedades.

4.2. Número da Emissão

4.2.1. Esta é a 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora.

4.3. Número de Séries

4.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.4. Montante da Emissão

4.4.1. O montante total da emissão será de até R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

4.5. Quantidade de Debêntures

4.5.1. Serão emitidas até 65 (sessenta e cinco) Debêntures.

4.6. **Banco Liquidante e Escriturador Mandatário**

4.6.1. O Banco Liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., e o Escriturador Mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A.

4.7. **Destinação dos Recursos**

4.7.1. Os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão, com objetivo de atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora, serão destinados ao aporte de capital nas empresas controladas pela Emissora, para financiamento de projeto para uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH).

4.8. **Colocação e Procedimento de Distribuição**

4.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, observadas as limitações estabelecidas nos incisos I e II do artigo 3º da Instrução CVM nº 476/09, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos e condições previstos no Contrato de Colocação, com intermediação do Coordenador Líder, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP.

5. **DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

5.1. **Características Básicas**

5.1.1. *Valor Nominal Unitário*

5.1.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão.

5.1.2. *Data de Emissão*

5.1.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será no dia 1º de abril de 2014.

5.1.3. *Prazo e Data de Vencimento*

5.1.3.1. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de abril de 2019, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas no item 6.3 abaixo e na hipótese de resgate antecipado facultativo, conforme item 6.1 Na ocasião do vencimento, a Emissora

obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos, calculados na forma prevista nesta Escritura, e os Encargos Moratórios, conforme o caso.

5.1.4. *Forma e Emissão de Certificados*

5.1.4.1. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cédulas ou certificados.

5.1.5. *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

5.1.5.1. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriurador Mandatário. Adicionalmente, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pela CETIP, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.1.6. *Conversibilidade e Tipo*

5.1.6.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.7. *Espécie*

5.1.7.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

5.2. **Subscrição**

5.2.1. *Prazo de Subscrição*

5.2.1.1. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, dentro do prazo de distribuição, que observará o disposto na Instrução CVM nº 476/09.

5.2.2. *Preço de Subscrição*

5.2.2.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização utilizando-se para tanto, 2 (duas) casas decimais, sem arredondamentos.

5.3. **Integralização e Forma de Pagamento**

5.3.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação da CETIP.

5.4. **Direito de Preferência**

5.4.1. Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

5.5. **Atualização do Valor Nominal**

5.5.1. O Valor Nominal Unitário não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

5.6. **Juros Remuneratórios**

5.6.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão, Juros Remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI Over Extra Grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br), acrescida exponencialmente de sobretaxa de 1,34% (um inteiro e trinta e quatro centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Emissão, inclusive, ou da data do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada período de capitalização, de acordo com a fórmula prevista nesta Escritura.

5.6.2. Os Juros Remuneratórios serão pagos em 3 (três) parcelas semestrais, sendo uma em 1º de abril de 2018, outra em 1º de outubro de 2018 e outra em 1º de abril de 2019.

O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à fórmula abaixo:

$$J = VN_e \times (Fator\ Juros - 1), \text{ onde:}$$

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios, devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VN_e = Valor Nominal Unitário de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

Fator Juros = fator de juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Juros} = (\text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}), \text{ onde:}$$

Fator DI = produtório das Taxas DI Over Extra Grupo, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme a fórmula:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total de Taxas DI Over Extra Grupo consideradas na atualização do ativo, sendo n_{DI} um número inteiro;

$k = 1, 2, \dots, n_{DI}$;

TDI_k = Taxa DI Over Extra Grupo, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, calculada a partir da fórmula abaixo:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

DI_k = Taxa DI Over Extra Grupo, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, observada a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{Spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

Spread = 1,3400 (um inteiro e trinta e quatro centésimos);

DP = número de Dias Úteis entre Data de Emissão, ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, e a data de cálculo, sendo *DP* um número inteiro; e

5.6.3. A Taxa DI Over Extra Grupo deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

5.6.4. O fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$, é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

5.6.4.1. Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

5.6.4.2. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

5.6.4.3. O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

5.6.5. Caso a Taxa DI Over Extra Grupo não esteja disponível na data de cálculo, será utilizada a última Taxa DI Over Extra Grupo disponível, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras por parte da Emissora ou dos Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI Over Extra Grupo aplicável.

5.6.6. No caso de (a) ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI Over Extra Grupo por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis; (b) extinção da Taxa DI Over Extra Grupo; ou (c) impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over Extra Grupo por imposição legal ou judicial, será convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento de qualquer dos referidos eventos ou da data em que tais eventos se tornarem públicos, Assembleia Geral de Debenturistas para a deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios. Até a deliberação pela Assembleia Geral de Debenturistas acima referida, será utilizada para cada dia a última Taxa DI Over Extra Grupo divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da eleição do novo parâmetro de remuneração.

5.6.6.1. A Assembleia Geral de Debenturistas referida acima deverá ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de segunda convocação.

5.6.6.2. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido na referida Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, o que ocorrer por último.

5.6.6.3. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI Over Extra Grupo divulgada oficialmente.

5.6.6.4. Caso a Taxa DI Over Extra Grupo volte a ser divulgada a qualquer momento antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 5.6.6 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas estará automaticamente dispensada e a Taxa DI Over Extra Grupo, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura. Até a divulgação da nova Taxa DI Over Extra Grupo, será utilizada para cada dia a última Taxa DI Over Extra Grupo divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI Over Extra Grupo.

5.7. **Repactuação**

5.7.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.8. **Amortização do Principal**

5.8.1. As Debêntures serão amortizadas em 3 (três) parcelas semestrais, sendo (a) 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, em 1º de abril de 2018; (b) 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, em 1º de outubro de 2018; e (c) Saldo do Valor Nominal Unitário, em 1º de abril de 2019.

5.9. Condições de Pagamento

5.9.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

5.9.1.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora (a) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou (b) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP, (1) por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures; ou (2) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

5.9.1.1.1. Farão jus aos eventos de pagamento previstos nesta Escritura aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada data de pagamento, conforme cronograma de pagamento previsto nesta Escritura.

5.9.1.2. O Debenturista que gozar de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos relacionados ao investimento ou ao recebimento de quaisquer valores relacionados às Debêntures deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, na data em que subscrever ou adquirir Debêntures, declaração devidamente fundamentada em que informe tal condição, indicando a espécie do tributo de cujo recolhimento está dispensado e o diploma legal que estabelece a imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero, bem como que atende a todas as condições e requisitos porventura estabelecidos para a fruição do respectivo benefício fiscal. Do contrário, terá descontado dos seus rendimentos decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores que seriam devidos por aqueles que, nos termos da legislação tributária em vigor, não gozem de tal benefício fiscal.

5.9.1.2.1. O Debenturista que tenha prestado declaração sobre sua condição de imunidade, isenção, não-incidência ou alíquota zero de tributos, nos termos do item 5.9.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável ou, ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, pela Emissora.

5.9.1.2.2. Mesmo que tenha recebido a declaração referida no item 5.9.1.2 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Banco Liquidante por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

5.9.2. **Prorrogação dos Prazos**

5.9.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação tratada nesta Escritura, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

5.9.3. **Encargos Moratórios**

5.9.3.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.9.4. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

5.9.4.1. Sem prejuízo do disposto no item 5.9.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento pelo prazo estabelecido em lei.

5.10. **Publicidade**

5.10.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal do Estado, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM nº 476/09 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

5.11. Colocação

5.11.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Coordenador Líder, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do Contrato de Colocação.

5.11.2. A oferta pública das Debêntures será realizada em observância ao Plano de Distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido neste item 5.11 e no Contrato de Colocação.

5.11.3. O Plano de Distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM nº 476. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

5.11.4. O público alvo da Oferta Restrita serão os Investidores Qualificados.

5.11.5. Nos termos da Instrução CVM nº 476/09 e para fins da oferta pública das Debêntures descrita na presente Cláusula: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da oferta pública das Debêntures, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

5.11.6. A Emissão e a oferta pública das Debêntures não poderão ter seu valor e quantidade aumentados por meio de opção de lote adicional ou lote suplementar.

5.11.7. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CETIP e com o Plano de Distribuição.

5.11.8. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará Declaração de Investidor Qualificado atestando, dentre outros, estar ciente de que: (a) a oferta pública das Debêntures não foi registrada perante a CVM e foi/será registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de Base de Dados, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA; e (b) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura, no Contrato de Colocação e na regulamentação aplicável, dentre outras declarações.

5.11.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da oferta pública das Debêntures, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

5.11.10. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

6. DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. Resgate Antecipado Facultativo Total

6.1.1. As Debêntures poderão, a qualquer tempo, ser resgatadas antecipadamente, a critério exclusivo da Emissora. Para que possa exercer a referida faculdade de resgate, a Emissora deverá, com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, informar, por meio de publicação ou envio de correspondência, cada Debenturista acerca do resgate, devendo o citado comunicado conter (a) a data do resgate; e (b) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. O resgate antecipado será efetuado pelo saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido (a) dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento dos Juros Remuneratórios, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; (b) dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura até a data do resgate antecipado; e (c) de prêmio de resgate antecipado, calculado de acordo com tabela abaixo, incidente sobre o montante total, já acrescido dos valores referidos nos itens (a) e (b) acima ("Prêmio de Resgate"):

Data do resgate		Prêmio de Resgate
De	Até	
Data de Emissão (inclusive)	1º de abril de 2015 (exclusive)	0,66%
1º de abril de 2015 (inclusive)	1º de abril de 2016 (exclusive)	0,58%
1º de abril de 2016 (inclusive)	1º de abril de 2017 (exclusive)	0,50%
1º de abril de 2017 (inclusive)	1º de abril de 2018 (exclusive)	0,39%
1º de abril de 2018 (inclusive)	Data de Vencimento (exclusive)	0,32%

6.1.1.1. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do resgate antecipado, sendo certo que todas as Debêntures serão liquidadas em uma única data.

6.1.1.2. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o evento seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Para tanto, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora, com a concordância do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis contados da realização do resgate.

6.1.2. Não será admitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.

6.1.3. Na hipótese de resgate antecipado, as Debêntures serão obrigatoriamente canceladas.

6.2. Amortização Extraordinária Antecipada

6.2.1. Sem prejuízo do disposto no item 6.1 acima, a Emissora poderá, exclusivamente nas datas de pagamento dos Juros Remuneratórios, nos termos do item 5.6.2, amortizar as Debêntures de forma extraordinária.

6.2.2. Para que possa exercer a referida faculdade de amortização extraordinária, que deverá ocorrer sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em circulação e será limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, a Emissora deverá, com no mínimo 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da data de pagamento dos Juros Remuneratórios em que pretender realizar a amortização extraordinária, informar, por meio de publicação ou envio de correspondência, cada Debenturista acerca da amortização extraordinária, devendo o citado comunicado conter (a) a parcela do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado extraordinariamente; (b) a data da amortização extraordinária; e (c) qualquer outra informação relevante aos Debenturistas. Adicionalmente, a Emissora deverá pagar um prêmio aos Debenturistas, a ser calculado de acordo com a tabela abaixo, e que incidirá sobre o montante que estiver sendo amortizado extraordinariamente ("Prêmio de Amortização Extraordinária"):

Data da Amortização Extraordinária		Prêmio de Amortização Extraordinária
De	Até	
Data de Emissão (inclusive)	1º de abril de 2015 (exclusive)	0,66%
1º de abril de 2015 (inclusive)	1º de abril de 2016 (exclusive)	0,58%
1º de abril de 2016 (inclusive)	1º de abril de 2017 (exclusive)	0,50%
1º de abril de 2017 (inclusive)	1º de abril de 2018 (exclusive)	0,39%
1º de abril de 2018 (inclusive)	Data de Vencimento (exclusive)	0,32%

6.2.2.1. Os valores relativos ao Prêmio de Amortização Extraordinária serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente à realização da respectiva amortização extraordinária.

6.2.2.2. Caso as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o evento seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. Para tanto, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora, com a concordância do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis contados da realização da amortização extraordinária.

6.3. **Vencimento Antecipado**

6.3.1. *Hipóteses de vencimento antecipado automático*

6.3.1.1. O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura, e exigirá o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, na data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- (a) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na presente Escritura, inclusive a amortização do principal prevista no item 5.8 acima e o pagamento dos Juros Remuneratórios, não sanados até o Dia Útil seguinte ao respectivo vencimento;
- (b) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- (c) ocorrência de cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações da Emissora, exceto (1) pelas operações societárias que vierem a ser realizadas entre a Emissora, a WF2 Holding S.A. (CNPJ 10.663.567/0001-00) e/ou a CPFL Energias Renováveis S.A; (2) se previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (3) se assegurado aos Debenturistas o direito de resgate, conforme previsto no artigo 231 da Lei nº 6.404/76;

- (d) alteração do controle da Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas, exceto se consequência das operações societárias descritas no item (c) (1) acima ou pela operação societária que resultará na aquisição ou incorporação, pela WF2 Holding S.A., das ações de emissão da Emissora detidas pelos atuais acionistas minoritários da Emissora;
- (e) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, incompletas ou enganosas quaisquer das declarações, informações ou garantias prestadas, na data em que foram realizadas, pela Emissora nesta Escritura;
- (f) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo documento, ou declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou mútuo contraído pela Emissora ou suas Controladas, no mercado local ou internacional, ou de título de crédito ou valor mobiliário emitido pela Emissora ou suas Controladas, conforme o caso, em valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (g) na hipótese de o valor de mercado da totalidade dos ativos detidos direta ou indiretamente pela Emissora, livres e desembaraçados de quaisquer ônus e gravames, tornar-se inferior ao saldo devedor das Debêntures;
- (h) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora ou de suas Controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (i) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de estatizar ou nacionalizar, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora ou de suas Controladas;
- (j) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas exclusivamente pela Emissora ou por suas Controladas Atuais, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento de autoridade competente autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

- (k) redução de capital social da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas;
- (l) na ocorrência de (1) extinção, liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de suas Controladas Atuais; (2) pedido de autofalência da Emissora ou de suas Controladas Atuais; (3) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora ou suas Controladas Atuais e não devidamente elidido por estas no prazo legal; (4) propositura, pela Emissora ou por suas Controladas Atuais, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (5) ingresso pela Emissora ou pelas suas Controladas Atuais em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente ou pedido de autofalência;
- (m) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (n) caso esta Escritura seja considerada ou declarada nula, inválida ou inexecutável por qualquer lei ou decisão judicial;
- (o) nos demais casos previstos nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil Brasileiro, observados, quando aplicáveis, os prazos de cura previstos nesta Escritura; e
- (p) não cumprimento, pela Emissora, da destinação dos recursos da Emissão prevista nesta Escritura.

6.3.2. *Hipóteses de vencimento antecipado não-automático*

6.3.2.1. Tão logo o Agente Fiduciário tome ciência dos eventos listados abaixo, convocará imediatamente Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de convocação, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas:

- (a) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura não sanado no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do respectivo inadimplemento pela Emissora; ou do recebimento pela Emissora de notificação sobre o inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro, exceto nos casos de obrigações com prazo específico para cumprimento;
- (b) alteração do objeto social da Emissora informado no item 4.1.1 acima, que modifique substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (c) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio na hipótese de inadimplemento da Emissora com as obrigações descritas nesta Escritura, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e dos juros sobre capital próprio até o limite do dividendo mínimo obrigatório, conforme apurado a partir dos balancetes intermediários da Emissora;
- (d) autuação da Emissora ou de suas Controladas pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e que seja em valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (e) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou suas Controladas cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que não seja sanado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do referido protesto ou no prazo legal, se houver, salvo se (1) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado; (2) for cancelado; ou, ainda, (3) forem prestadas, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo;
- (f) execuções judiciais de qualquer natureza nas quais a Emissora ou suas Controladas figurem no polo passivo, que gere passivo ou contingência em valor agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para as quais não tenha sido proposta medida judicial capaz de suspender seus efeitos;
- (g) existência de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora ou de suas Controladas que resultem ou possam resultar, em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora ou de suas Controladas, conforme o caso, de valor unitário ou agregado superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para as quais não tenha sido feita provisão para pagamento e que comprometam a capacidade de adimplemento da Emissora ou de suas Controladas;

- (h) alienação ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora ou por suas Controladas, de ativos permanentes em valor superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), que possa afetar adversamente a capacidade econômico-financeira da Emissora de cumprir suas obrigações no âmbito da Emissão, admitidos os casos em que tal alienação objetive a captação de recursos para (1) investimentos na atividade produtiva da Emissora, ou (2) substituição de bens antigos por novos com a mesma finalidade;
- (i) a existência de restrições cadastrais, incluindo, mas não se limitando ao Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 12.5.2011, do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, impeditivas em nome das Partes, seus sócios e/ou diretores e ou a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pelas Partes, seus sócios e ou diretores que importem em infringência à legislação que trata do combate à discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual ou crime contra o meio ambiente; e
- (j) não observância dos índices financeiros estabelecidos e calculados de acordo com o Anexo I desta Escritura ("Índices Financeiros"), a serem acompanhados anualmente.

6.3.2.2. Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item anterior, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculados *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, a menos que Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação tenham optado por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

6.3.2.3. Na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum de instalação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos indicados nesta Escritura.

6.3.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar no mesmo dia da decretação do vencimento antecipado das Debêntures carta protocolada (a) à Emissora, com cópia para CETIP; e (b) ao Banco Liquidante.

6.3.4. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, seu pagamento integral deverá ser efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis, contados do protocolo da carta mencionada no item 6.3.3 acima.

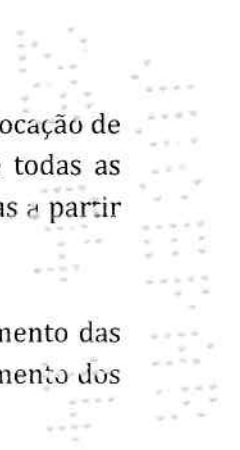


6.3.5. Caso a Emissora não proceda ao pagamento das Debêntures na forma estipulada no item 6.3.4 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

7. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. A Emissora adicionalmente obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, sendo dispensado o envio do relatório da administração; (ii) declaração dos administradores da Emissora de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura; (iii) memória de cálculo, a qual estará anexada à demonstração financeira mencionada no item (i) acima, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iv) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora;
- (2) dentro de 7 (sete) Dias Úteis contados da data da solicitação, qualquer informação relevante para a presente Emissão que razoavelmente lhe venha a ser solicitada, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado a suas expensas), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenha acesso aos seus livros e registros contábeis;

- 
- (3) dentro de 7 (sete) Dias Úteis após sua realização, notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas e, prontamente, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas que sejam realizadas a partir da Data de Emissão;
 - (4) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura em até 7 (sete) Dias Úteis antes do pagamento dos dividendos aos acionistas/sócios da Emissora;
 - (5) dentro de 7 (sete) Dias Úteis da data de seu envio aos Debenturistas, cópia de todas as cartas e comunicados enviados;
 - (6) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
 - (7) mediante solicitação, fornecer informações que razoavelmente venham a ser solicitadas e cópias dos documentos correlatos a respeito de qualquer dos eventos indicados no item 6.3 acima, inclusive qualquer forma de correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Emissora, imediatamente após a sua ocorrência;
 - (8) informar e enviar todos os dados financeiros, atos societários, organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a elaboração do relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei nº 6.404/76, dentro de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM;
 - (9) informações sobre qualquer fato relevante, inclusive de cunho socioambiental de conhecimento da Emissora que possa vir a afetar seu desempenho financeiro e operacional, em até 3 (três) Dias Úteis após sua ocorrência; e
 - (10) informações, em até 3 (três) Dias Úteis, exceto se prazo diverso não for previsto nesta Escritura, sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termo ou condição desta Escritura, inclusive com relação aos eventos dos itens 6.1 e 6.3.2 acima.
- 
- 

(b) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09;

(c) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476/09, abaixo listadas:

- (1) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, e com as regras emitidas pela CVM;
 - (2) submeter, na forma da lei e regulamentação aplicável, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - (3) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (4) manter os documentos mencionados no item (3) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (5) observar as disposições da Instrução CVM nº 358/02, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (6) informar a ocorrência de fato relevante, nos termos da regulamentação aplicável, comunicando imediatamente a instituição intermediária líder da oferta e ao Agente Fiduciário; e
 - (7) fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- (d) enviar à CETIP (1) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (3) do subitem (c) acima; e (2) documentos e informações exigidas por essa entidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas do recebimento de notificação nesse sentido; e, adicionalmente, atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;

- (e) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (f) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da cláusula 11 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (g) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, inclusive socioambientais e trabalhistas, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (k) notificar o Agente Fiduciário, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados a partir do evento, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como prejudicar o pagamento das Debêntures ou resultar em qualquer dos casos de vencimento antecipado, inclusive no que diz respeito a qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora e suas controladoras, ou sobre qualquer evento ou fato que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora e suas controladoras, ou a capacidade de cumprimento das obrigações desta Escritura;
- (l) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na CETIP;

- (m) manter contratados os prestadores de serviços necessários à efetivação da emissão, distribuição e manutenção das Debêntures, bem como arcar com todos os custos, inclusive aqueles (1) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (2) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (3) relativos à contratação e despesas de Agente Fiduciário, assessor legal, Escriturador Mandatário e Banco Liquidante;
- (n) atender integralmente as obrigações previstas na Instrução CVM nº 476/09;
- (o) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações, inclusive socioambientais, necessárias ao regular funcionamento da Emissora, e fazer com que sejam mantidas válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;
- (p) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da oferta pública de Debêntures, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial; e
- (q) cumprir e fazer com que a Emissora cumpra o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações socioambientais supletivas, exceto quando discutidas em boa-fé na esfera judicial ou administrativa, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos socioambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

8. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante que:

- (a) é sociedade por ações devidamente constituída, validamente existente e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social, detendo todas as licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para tanto;
- (b) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;

- (c) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- (d) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (e) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal ou societária, contratos ou instrumentos dos quais seja parte, nem irá resultar em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (2) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento de suas obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos desta Escritura e da legislação aplicável, ou para a realização da Emissão, exceto o arquivamento e a inscrição da ata da assembleia geral extraordinária que deliberou sobre a Emissão e da Escritura e seus eventuais aditamentos, respectivamente, na JUCEPAR, além do registro das Debêntures na CETIP;
- (g) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (h) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (i) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive no que diz respeito à legislação trabalhista e ambiental e às normas de saúde, segurança e medicina do trabalho em vigor;
- (j) sua situação econômica, financeira e patrimonial, entre 31 de dezembro de 2013 e a data em que esta declaração é feita não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (k) manterá sua existência como pessoa jurídica, e praticará todos os atos razoáveis necessários para manter seus direitos, prerrogativas e concessões necessários ou convenientes para a condução normal de seus negócios em todos os aspectos relevantes, em estrita conformidade com a legislação aplicável;

- (l) manterá a todo tempo uma equipe de administração profissional, inclusive diretores eleitos em conformidade com seu estatuto social;
- (m) adotará todas as providências para manter válidas e eficazes em seus aspectos materiais as declarações prestadas no âmbito desta Escritura;
- (n) informará ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis contados da tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, todo e qualquer ato ou fato que possa afetar em seus aspectos materiais a veracidade de quaisquer das declarações prestadas no âmbito desta Escritura;
- (o) informará ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) dias contados da tomada de conhecimento da respectiva ocorrência, qualquer evento ou situação que possa afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações relativas às Debêntures, no todo ou em parte;
- (p) cumprirá com a legislação a que se sujeita, em todos seus aspectos materiais; uma vez verificado o descumprimento desta obrigação, a Emissora terá o prazo que lhe for concedido pelo órgão ou agente fiscalizador para sanar tal descumprimento;
- (q) não aplicará recursos ou ativos em atividades outras que não sejam correlatas ao seu objeto social;
- (r) não irá efetuar ou permitir qualquer alteração das políticas contábeis ou práticas de divulgação de informações, exceto conforme seja necessário para dar atendimento às disposições legais e normativas aplicáveis, e demais princípios contábeis brasileiros;
- (s) (1) não há, na data de assinatura desta Escritura, quaisquer contingências ou passivos ocultos, que não estejam devidamente provisionados ou refletidos em suas demonstrações financeiras, de natureza fiscal, trabalhista ou previdenciária, incorridos direta ou indiretamente, já materializadas ou não; e (2) está cumprindo regularmente as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais e/ou de tribunais relativos a questões fiscais, trabalhistas e previdenciárias, estando em dia com suas obrigações tributárias principais e acessórias;
- (t) todas as eventuais operações realizadas pela Emissora com partes relacionadas foram pactuadas em bases e condições de mercado;

- (u) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos Debenturistas;
- (v) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes;
- (w) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama e às demais legislações e regulamentações socioambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos socioambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder com todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (x) tem plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI Over Extra Grupo, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé; e
- (y) não está incluída no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial nº 2, de 12.5.2011, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a ser verificada pelo credor, mediante consulta na INTERNET, no endereço www.mte.gov.br (Resolução nº 1.178, de 31.5.2005, da Diretoria do BNDES).

8.2. A Emissora compromete-se a notificar em até 3 (três) Dias Úteis, exceto se prazo diverso não for previsto nesta Escritura, os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

9. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

9.2. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.2.1. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido no item 9.2 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

9.2.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.2.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

9.2.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

9.2.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores.

9.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEPAR.

9.2.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

9.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

9.3. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, além daqueles previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as informações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;

- (i) solicitar auditoria extraordinária na Emissora, se necessário e de forma justificada, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes, na forma do item 5.10 acima;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (5) amortização do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

- (10) existência de emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedades controladoras, controladas, coligadas ou sob o mesmo controle que a Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário, e quaisquer outras informações exigidas pela regulamentação aplicável a respeito de referidas emissões, conforme o caso;
- (m) colocar o relatório de que trata o item acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (1) na sede da Emissora;
 - (2) no seu escritório;
 - (3) na CETIP;
 - (4) na CVM; e
 - (5) na sede do Coordenador Líder.
- (n) publicar, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio aos Debenturistas informando-os de que o relatório se encontra disponível nos locais indicados no item acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures expressamente autorizam, desde já, a Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

- (q) comunicar imediatamente aos Debenturistas e acompanhar, tão logo tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como prejudicar o pagamento das Debêntures ou resultar em qualquer dos casos de vencimento antecipado, inclusive no que diz respeito a qualquer mudança relevante na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora e suas controladoras, ou sobre qualquer evento ou fato que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora e suas controladoras, ou a capacidade de cumprimento das obrigações desta Escritura;
- (r) sem prejuízo dos prazos específicos previstos nesta Escritura, notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos; comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (s) disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou seu website.

9.4. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (c) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 9.4 (a) e (b) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim determinar por deliberação da unanimidade das Debêntures emitidas e não resgatadas, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto no item 9.4 (c) acima.

9.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.7. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.8. O Agente Fiduciário não emitirá opinião ou fará qualquer juízo sobre fato relacionado à Emissão cuja definição seja de competência exclusiva dos Debenturistas, comprometendo-se, tão somente, a agir em conformidade com as orientações que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. O Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo previsto na Instrução CVM nº 28/83 e na Lei nº 6.404/76.

9.9. Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, remuneração a ser paga na forma prevista nos itens abaixo.

9.10. A remuneração do Agente Fiduciário será devida pela Emissora em parcelas anuais de R\$2.100,00 (dois mil e cem reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de assinatura desta Escritura, e as demais na mesma data de cada ano subsequente.

9.10.1. A remuneração será devida, *pro rata die*, mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.10.1.1. A remuneração será líquida de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza e será acrescida do valor relativo aos seguintes impostos: Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISQN, Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade – COFINS, Contribuição Social sobre Lucro Líquido- CSLL, e quaisquer outros impostos que incidam ou venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda – IR, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.10.1.2. A remuneração prevista no item 9.10 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculada *pro rata die*, se necessário.

9.10.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.10.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.10.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente que será indicada pelo Agente Fiduciário.

9.10.5. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração devida ao Agente Fiduciário, calculada proporcionalmente ao tempo de prestação de serviço restante, exceto se deliberado de forma diversa pela Assembleia Geral de Debenturistas

9.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos. O ressarcimento será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.11.1. Quando as despesas realizadas pelo Agente Fiduciário não forem previamente aprovadas pela Emissora, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda que a Emissora reembolsará os montantes gastos de acordo com (a) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero; e (b) a função fiduciária que lhe é inerente.

9.11.2. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora.

9.11.3. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

9.11.4. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.11.5. As despesas a que se refere o item 9.9 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação, hospedagens, transporte e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;

- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (f) despesas com custas cartorárias e com correios necessários ao desempenho da função fiduciária que lhe é inerente.

9.11.6. Observado o disposto nos itens 9.9 e seguintes acima, o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 O Agente Fiduciário declara e garante que:

- (a) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme disposto no artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceita integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) está devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (h) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto;

- (i) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (j) verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (k) está ciente da regulamentação da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes, aplicável às Debêntures e à Emissão; e
- (l) na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário na (1) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da WF2 Holding S.A. (CNPJ 10.663.567/0001-00), com vencimento em 16 de março de 2015, em que foram emitidas 12 (doze) debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), sendo que até a presente data foi verificado evento de amortização, conforme previsto na escritura de emissão e não verificado qualquer evento de resgate, repactuação, conversão e inadimplemento]. A garantia fidejussória foi prestada pelos Srs. Wandér Weege e Guilherme Weege; e (2) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sem garantia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 1º de maio de 2017, em que foram emitidas 20 debêntures, na data de emissão, no valor total de R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), sendo que até a presente data não foi verificado evento de amortização, resgate, repactuação, conversão e inadimplemento, conforme previsto na escritura de emissão.

11. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

11.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre assembleia geral de acionistas.

11.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (d) pela CVM.

11.4. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

11.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quórum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

11.6. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

11.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

11.8. Para efeito da constituição do quórum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta cláusula 11, serão consideradas todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de quórum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

11.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

11.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

11.11. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas, ressalvados quóruns específicos estabelecidos nesta Escritura, em primeira convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, por Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

11.11.1. As deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas que tratem da alteração de prazos, do valor e da forma de pagamento da remuneração, da amortização, do e/ou das hipóteses de vencimento antecipado, dependem de quórum qualificado para serem aprovadas, consistente na aprovação por 90% (noventa por cento) dos titulares das Debêntures em circulação, desde que tais alterações tenham sido devidamente aprovadas pela Emissora.

11.11.2. A alteração dos *quori* qualificados previstos na presente Escritura dependerá da aprovação da totalidade das Debêntures em circulação.

11.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quori* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

11.13. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(a) para a Emissora:

DOBREVÊ ENERGIA S.A.

Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 603, 5º andar

80430-180 – Curitiba – PR

At.: Sr. William Schmidt Ogalha

Telefone: (41) 3310-9900

Fax: (41) 3310-9901

e-mail: william.schmidt@desa.com.br

(b) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. – DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

22640-102 - Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

(c) para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Rua Ururai, nº 111 – Bloco B – Térreo – Tatuapé

03084-010 – São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(d) para a CETIP:

CETIP S.A – MERCADOS ORGANIZADOS

Av. República do Chile, 230, 11º andar

20031-170 - Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308 / 2262-5481, ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

01452-001 - São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

e-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.1. As comunicações serão consideradas entregues exclusivamente quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.



12.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado pelo receptor da comunicação. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 3 (três) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de quaisquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora.

12.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

12.5. Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título, inclusive no caso de realização de operações societárias envolvendo a Emissora, hipótese em que a sucessora da Emissora a sucederá em todos os seus direitos e obrigações previstos nesta Escritura e ficará obrigada e vinculada a todos os termos e condições relacionados às Debêntures.

12.6. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.7. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13. FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios decorrentes desta Escritura, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.



(Página de assinaturas da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Dobrevê Energia S.A.", firmada entre a Dobrevê Energia S.A. e a Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 1º de abril de 2014)

Curitiba, 1º de abril de 2014.

DOBREVÊ ENERGIA S.A.


Nome: **William Schmidt Ogalha**
Cargo: **Diretor Presidente**


Nome: **Luciano Zanlorenzi**
Cargo: **Diretor Financeiro**

PENTÁGONO S.A. - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Ana Paula de Oliveira**
Cargo: **Procuradora**
RG: 28.306.958-2
CPF: 216.001.828-79

Testemunhas:

1. 
Nome: **Rodrigo Stuminsky**
Cargo: **Jurídico - DESA**
OAB/SC nº 22037

2. 
Nome: **Flávio Crovador**
Cargo: **Jurídico - DESA**
OAB/PR nº 45370



(Este Anexo I é parte integrante da "Escritura Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Dobrevê Energia S.A." celebrada entre Dobrevê Energia S.A. e Pentágono S.A. – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 1º de abril de 2014)

ANEXO I ÍNDICES FINANCEIROS

1. A Emissora deverá observar os seguintes Índices Financeiros, os quais serão calculados pela Emissora e acompanhados pelo Agente Fiduciário anualmente, ao final de cada exercício social, tendo por base as demonstrações financeiras auditadas pelos auditores independentes da Emissora, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento das respectivas demonstrações financeiras pelo Agente Fiduciário, até a Data de Vencimento, sendo que a primeira verificação se dará com base no balanço de 31 de dezembro de 2014:

Exercício Social					
	2014	2015	2016	2017	2018
Dívida Líquida / Dividendos Recebidos (<=)	5,5	5,5	4,0	3,5	3,5

2. Define-se:

Dívida	É a soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, arrendamento mercantil / leasing financeiro e os títulos de renda fixa não conversíveis frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional. Inclui também os passivos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).
Dívida Líquida	É o valor da Dívida descontadas as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras, ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e títulos e valores mobiliários.
Dividendos Recebidos	É a soma dos valores dos itens "Dividendos recebidos" e "Redução de capital em Controladas" verificados na demonstração de fluxo de caixa da Emissora.

3. Caso haja mudança na legislação e/ou regulamentação que acarrete alteração nos critérios de contabilização da Emissora e que venha a impactar o cálculo dos Índices Financeiros, a Emissora e os Debenturistas que representem, em conjunto, mais de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, de comum acordo, deverão escolher um auditor independente de primeira linha para calcular novos Índices Financeiros equivalentes aos estabelecidos nesta Escritura.